

Corrupção 6 X 5 Governança

Luciano De Biasi (*)

O crescimento de um país é possível quando transações ocorrem num ambiente estruturado e estável que proporcione a geração de riqueza e uma distribuição de renda mais justa

Para tanto, é necessário que uma sociedade tenha valores indispensáveis como seu baluarte e o principal deles é a confiança.

Para que uma economia funcione de forma eficiente, é preciso um grau razoável de confiança nos propósitos e atos de instituições governamentais e das organizações do setor privado. Sem confiança, nada se estabelece com solidez; incertezas aumentam riscos, que por sua vez aumentam o custo de transação entre as partes, transações essas que conectam governos, empresas e pessoas.

Essas transações deveriam ocorrer em ambiente de negócios saudável, com o estabelecimento e o cumprimento de regras claras que mitigam riscos e estabilizam as relações entre os entes econômicos. Nesse sentido é que governos de países mais desenvolvidos têm exigido maior rigidez no cumprimento de regras e na transparência de relações entre entidades e pessoas. Esse movimento, ainda que timidamente, tem ocorrido no Brasil.

Entidades e empresas têm se organizado com o intuito de fortalecerem suas políticas de governança, muito na esteira das políticas de suas matrizes internacionais. Porém, a grande pressão por mudanças também ocorreu graças à Lava-Jato. Segundo a Transparência Internacional (relatório: Integridade e empresas no Brasil, 2018), a lista de empresas punidas por ano por irregularidades em licitações saltou de 313 em 2013 para 3.070 em 2017. Adicionalmente, estudos da Transparência Internacional apontam também que corrupção inviabiliza a democracia.

O Relatório de Percepção de Corrupção de 2018 demonstra que nenhum país com demo-

cracia desenvolvida tem índice abaixo de 50 (o Brasil atingiu apenas 35). Portanto, quanto mais corrupta é uma nação, menos chances de desenvolvimento econômico ela tem, devido aos riscos e custos de negociação.

Por conta do novo ambiente de compliance resultante em muito da reação positiva da sociedade brasileira às investigações da Lava-Jato, empresas têm investido em políticas internas de relações com clientes, fornecedores, colaboradores e governos que visam estabelecer regras éticas e transparentes de relacionamento com seus stakeholders.

De acordo com pesquisa realizada pela Ancham, 60% das empresas aumentaram seus investimentos em compliance, sendo do que 46% destes relataram ter sofrido forte pressão para tanto desde o início das operações da Lava-Jato.

Contudo, em março, assistimos, atônitos, os ministros da Segunda Turma do STF, decidirem por enfraquecer as chances de punições ao transferir, para um tribunal de menor expressão, os processos de corrupção envolvendo políticos, processos os quais contêm a suspeita de caixa 2; ou seja, praticamente todos, abrindo brechas para a soltura de condenados a centenas de anos de prisão, bem como dificultando possíveis punições daquele que estão sendo investigados.

Portanto, a decisão do STF indica o abandono, pelas autoridades legais do Brasil, de uma política mais austera em linha com a tendência mundial em governança liderada pelos países de primeiro mundo, sugerindo que, no Brasil, o ambiente de negócios continuará poluído com relações espúrias, distorcendo as relações negociais, a economia, aumentando o risco e por consequência o custo de se fazer negócios no Brasil.

Enfim, apesar do placar apertado, esse 6x5 doeu muito mais do que os 7x1.

(*) - Formado em Ciências Contábeis pela FEA/USP, é Mestre em Ciências Contábeis pela Fecap e sócio-diretor da De Biasi Auditoria, Consultoria e Outsourcing.

Em defesa da instalação da CPI dos Tribunais Superiores

Jefferson Rudy/Ag.Senado



Senador Eduardo Girão (Pode-CE).

A instalação da CPI dos Tribunais Superiores é necessária para que não parem dúvidas sobre nenhum integrante, por exemplo, do Supremo Tribunal Federal, disse o senador Eduardo Girão (Pode-CE). Para ele, entre as muitas crises que o país enfrenta — como a econômica, a política e a social, com um número altíssimo de desempregados — a pior é a crise moral, que seria responsável por todas as outras.

No seu entendimento, a população já deu o recado contra a corrupção nas urnas, e espera que a moralização das práticas da administração pública chegue também ao Poder Judiciário. O fato de a “CPI da Lava Toga” ainda não ter sido criada no Senado é um motivo de constrangimento. Na opinião

do senador, a corrupção foi e continua sendo responsável pelo atraso do país e pelas crises que assolam a população.

Por isso, disse, é preciso reconhecer as denúncias que envolvem membros do STF e apurar as irregularidades que acontecem no Poder Judiciário. “Eu não tenho a menor dúvida que a [CPI] vai acontecer, nem que não fique pedra sobre pedra. A preocupação de uma guerra entre os Poderes, a preocupação de que o país vai parar, de que tem que analisar a reforma da Previdência, a reforma tributária, não devem ser motivo para a não instalação. A busca pela verdade do que está acontecendo no Judiciário é necessária, porque tudo vai desembocar no STF”, afirmou (Ag.Senado).

Congresso recebe MP que reduz burocracia para iniciativa privada

O governo enviou ao Congresso, na última terça-feira (30), a MP que cria a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica, e estabelece garantias para o livre mercado e para o amplo exercício da atividade econômica, com objetivo de atingir especialmente os pequenos empreendedores

A medida libera pessoas físicas ou jurídicas a desenvolver negócios considerados de baixo risco, sem depender de qualquer ato público de liberação por parte da administração pública.

Atos públicos são licenças, autorizações, inscrições, registros, alvarás e outros exigidos como condição prévia para o exercício de atividade econômica. O governo vai listar quais delas serão consideradas de baixo risco, mas os estados também terão liberdade para elencá-las.

Na cerimônia de assinatura da medida, no Palácio do Planalto, o presidente Jair Bolsonaro afirmou que o texto “tira o Estado do cangote” do brasileiro: “Vai, no meu entender, ajudar muita gente no Brasil, em especial aquele empreendedor, aquele que quer empregar, mas que tem medo”, afirmou.

Pelo texto, essas atividades econômicas também poderão ser desenvolvidas em qualquer horário ou dia da semana, desde que não causem danos ao meio ambiente, respeitem normas de direito de vizinhança, não gerem poluição sonora nem perturbem o sossego da população, sempre observada



MP garante que iniciativa privada tenha liberdade para definir horários, contratos e preços.

a legislação trabalhista. A MP reafirma a liberdade de preços, tanto para produtos quanto para serviços, obedecendo a oferta e a demanda do mercado não regulado.

A medida também busca padronizar a interpretação de fiscais e agentes públicos para atos de autorização de atividade econômica. As decisões sobre pedidos de alvará e licença terão efeito vinculante: o que

for definido para um cidadão, deverá valer para todos em situação similar, garantindo o princípio da isonomia e evitando arbitrariedades.

A administração pública deverá cumprir prazos para responder a pedidos de autorização. Caso o prazo máximo, informado no momento da solicitação do cidadão, não seja respeitado, a aprovação do pedido será tácita.

Conhecida também como “MP das Startups”, a norma prevê ainda imunidade burocrática para a inovação, criando um ambiente propício para o desenvolvimento de novos produtos e serviços e a criação de startups — empresas em estágio inicial que buscam inovação (geralmente com uso de novas tecnologias), mesmo em um cenário de incerteza (Ag.Senado).

Senado vai homenagear Dia do Contabilista

O Senado Federal vai realizar, na próxima segunda-feira (6), sessão especial, a pedido do senador Izalci Lucas (PSDB-DF), para homenagear o Dia do Contabilista, comemorado em 25 de abril, desde 1926. O senador havia solicitado a reunião para o dia 19 de abril, porém, devido ao feriado nacional da Páscoa, a data da homenagem aos contadores e técnicos em contabilidade precisou ser reagendada.

Os contabilistas são responsáveis por organizar e supervisionar a contabilidade em uma empresa ou instituição, exercendo, assim, papel social relevante para a administração pública e para a iniciativa privada. Na justificativa do seu requerimento, Izalci Lucas destaca a notabilidade ganhada pelos profissionais de contabilidade, no decorrer dos anos, perante a sociedade.

“Cada vez mais, as empresas, os contribuintes e o cidadão percebem o alcance do trabalho do contabilista, que é figura chave para que as organizações tenham êxito. Qual uma bússola, ele ajuda a administração a manter a rota prevista e afasta as incertezas provocadas por turbulências que atingem a economia mundial e o mercado”, ressalta o parlamentar (Ag.Senado).

Senadores defendem solução pacífica para crise na Venezuela

A Comissão de Relações Exteriores do Senado discutiu, ontem (2), o agravamento da crise na Venezuela. Parlamentares de diversos partidos mostraram-se preocupados e defenderam uma solução pacífica para a situação. “Reiteramos a nossa expectativa de uma transição democrática em um processo pacífico e de respeito aos direitos humanos. O nosso país continuará a exercer pressão diplomática nessa direção”, disse o presidente da comissão, Nelsinho Trad (PSD-MS).

Ele esteve com o ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, e que, em todas as conversas que já tiveram sobre o país vizinho, “nunca se saiu da questão da pressão diplomática, da ajuda humanitária”, que, segundo o senador, é algo que está na genética do Brasil. “O governo agiu certo, está fazendo a sua parte, e é importante lembrar que o Brasil não age sozinho nessa questão. Estamos inseridos no Grupo de Lima, em que é discutida essa questão. Ninguém toma uma decisão sem discutir antes” destacou.

Já o senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) classificou de ditadura o regime na Vene-



À mesa (da esq. para dir.) senador Lucas Barreto; presidente da CRE, senador Nelsinho Trad; e senador Flávio Bolsonaro.

zuela, e disse que essa situação de crise deve ser esgotada pelas pressões diplomáticas sobre o país vizinho, inclusive acionando países que têm relações com ele, como o Brasil, a China e a Rússia. Para ele, os venezuelanos estão sob um regime de exceção. “O Brasil não pode ser porta-voz de nenhuma aventura bélica, de nenhuma aventura militar neste país vizinho, e os princípios que devem reger a solução do impasse dramático que vive o nosso vizinho devem ser o multilateralismo por parte do Brasil e a busca incessante pela paz na América Latina”, afirmou Randolfe.

Flávio Bolsonaro (PSL-RJ) ressaltou que o problema na Venezuela que só vai se resolver com o restabelecimento da democracia no país, de maneira a permitir que as pessoas possam permanecer ou voltar para lá com segurança, com a garantia do direito de ir e vir. “A forma como o governo vem conduzindo essas tratativas, é uma forma muito tranquila, com o pé no chão, a todo momento fazendo questão de mostrar que não tem nenhum interesse em qualquer tipo de conflito bélico, armado, militar”, afirmou o senador (A.Br).

Maia defende solução que preserve a democracia na Venezuela

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia, defendeu uma solução para os graves conflitos que ocorrem na Venezuela. Por meio de sua rede social, Maia reafirmou o respeito à soberania da Assembleia Nacional e à independência dos Poderes; à necessidade de definição de um calendário eleitoral viável e constitucional; e à libertação de prisioneiros políticos e de consciência.

De acordo com Rodrigo Maia, a Câmara tem manifestado sua contrariedade com os recentes processos eleitorais ocorridos na Venezuela. Ele destacou a tentativa de restringir o Poder Legislativo com a eleição de uma assembleia constituinte contrária às normas estabelecidas pela Constituição de 1999. Para Maia, a solução deve preservar a democracia e não agravar a crise humanitária que assola o país vizinho.

A Comissão Externa sobre a Crise na Fronteira do Brasil com a Venezuela esteve na terça-feira (30), na cidade de



Rodrigo Maia: a solução deve preservar a democracia e não agravar a crise humanitária.

Pacaraima (RR). O objetivo foi de apurar os impactos, nos serviços públicos e na economia do estado, causados pela migração de cidadãos venezuelanos. Os deputados se reuniram com o prefeito Juliano Torquato dos Santos; visitaram o hospital, os bairros e a rodoviária da cidade; e visitaram a fronteira com a Venezuela, os órgãos federais e os abrigos.

Em alusão a uma declaração feita no Twitter pelo presidente da República, Jair Bolsonaro,

sobre a situação da Venezuela, Maia lembrou que a Constituição brasileira determina que é competência exclusiva do Congresso autorizar uma eventual declaração de guerra pelo presidente da República. Em seu Twitter, Bolsonaro afirmou que “a situação da Venezuela preocupa a todos” e que “qualquer hipótese será decidida exclusivamente pelo presidente da República, ouvindo o Conselho de Defesa Nacional” (Ag.Câmara).

Fim da aposentadoria especial dos congressistas

O senador Jorge Kajuru (PSB-GO) defendeu a aprovação de um projeto que extingue a previdência especial concedida a parlamentares. Para ele, congressistas também devem se aposentar como a maioria da população, pelo Regime Geral de Previdência Social.

Relator da proposta na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), Kajuru afirmou que os benefícios concedidos aos deputados e senadores mantêm aberto o fosso das desigualdades, que faz da sociedade brasileira uma das mais injustas e estratificadas do mundo.

A aprovação da matéria, disse, é uma reparação tardia na lei, de modo a adequá-la aos princípios da igualdade, moralidade, impessoalidade e razoabilidade. “Não chegamos sequer a ser ainda uma sociedade de classes, com direitos iguais e mobilidade social. A distância entre as favelas e os palácios é a mesma que nos separa da condição de uma democracia social”, declarou (Ag.Senado).